



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

DECRETO Nº 13.774, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

Outorga permissão de uso da área pública que especifica em favor da Cooperativa de Trabalho em Serviços Gerais – Vitória Multisserviços, no contexto do Programa Municipal Cooperera Araraquara, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com fundamento na alínea “j” do inciso I do “caput” do art. 126 c.c. o inciso IV, “in fine”, do “caput” do art. 112, todos da Lei Orgânica do Município de Araraquara,

## DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada a permissão de uso da Unidade I da Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS), localizada na Avenida Nabor Rodrigues dos Santos, nº 338 e com fundo na Avenida Rodrigo Fernando Grillo nº 437, Jardim dos Manacás, CEP 14801-534 no Município de Araraquara-SP, constante da Inscrição Imobiliária nº 20.100.010.00, número cadastral 115797, em favor da Cooperativa de Trabalho em Serviços Gerais – Vitória Multisserviços, sociedade cooperativa com domicílio na Avenida Nabor Rodrigues dos Santos nº 338, Jardim dos Manacás, Araraquara-SP, CEP 14801-534, inscrita no CNPJ 36.996.694/0001-06.

Parágrafo único. A permissão de uso de que trata o “caput” deste artigo abrange as benfeitorias do imóvel constante do “caput” deste artigo.

Art. 2º A permissão de uso de que trata este decreto é outorgada a título precário e oneroso, em decorrência da vinculação da permissionária junto à Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS) na etapa de pós-incubação, conforme Decreto nº 13.740, de 3 de dezembro de 2024, e conforme o art. 7º, “caput”, II, da Lei nº 10.161, de 24 de março de 2021, que institui o Programa Municipal Cooperera Araraquara, devendo a utilização do bem de que trata este decreto exclusivamente voltar-se à finalidade prevista:

I – na Lei nº 7.145, de 27 de novembro de 2009, bem como na Lei nº 10.161, de 2021;

II – no Termo de Compromisso e Responsabilidade, a ser firmado entre a permissionária e o Município; e

III – no objeto social constante do ato constitutivo da permissionária.

Parágrafo único. A outorga da permissão de uso de que trata este decreto não implicará em tratamento diferenciado ou vantagem, a qualquer título, não previsto na legislação referenciada.

Art. 3º À permissionária será outorgada a detenção do bem de que trata o art. 1º deste decreto, a partir da assinatura de termo de permissão de uso, a ser formalizado na



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, o qual deverá prever, ademais do disposto neste decreto, que a permissionária fica obrigada a:

I – não permitir que terceiros se apossam do bem, bem como dar conhecimento imediato ao Município de qualquer turbação de posse que se verifique;

II – responder, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes do uso do bem;

III – restituir o bem imediatamente, tão logo solicitada pelo Município, sem direito de retenção e independentemente de pagamento ou indenização pelas benfeitorias executadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio público municipal;

IV – afixar, em lugar de perfeita visibilidade do estabelecimento, placa informativa sobre a propriedade do bem e as condições de sua ocupação, nos termos deste decreto; e

V – a proibição de transferência, a qualquer título e a quem quer que seja, dos direitos decorrentes desta permissão de uso.

§ 1º A permissionária é responsável por todas as despesas decorrentes do uso do bem de que trata o art. 1º deste decreto não previstas no Termo de Compromisso e Responsabilidade e Termo de Permissão de Uso, não cabendo ao Município, em nenhuma hipótese, ressarcir as despesas realizadas pela permissionária, bem como indenizar terceiros em razão de fato a ela atribuído ou de fortuito decorrente de sua atividade.

§ 2º A permissão de uso de que trata este decreto não exime a permissionária de obter as demais autorizações, permissões ou alvarás expedidos pelo Poder Público, em qualquer de suas esferas, que sejam necessários ao regular desenvolvimento de suas atividades.

Art. 4º A alteração da finalidade de uso do bem de que trata este decreto depende de anuência expressa do Município, a ser outorgada por decreto, segundo critérios de conveniência e oportunidade do Poder Executivo.

Art. 5º A permissionária se compromete a efetuar o recolhimento de todos os tributos, tarifas ou preços públicos incidentes sobre o bem objeto desta permissão ou decorrentes da atividade por ela exercida.

Art. 6º A permissão de uso de que trata este decreto será outorgada por prazo indeterminado, a depender da continuidade da vinculação à Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS), contados da data em que firmado o termo de permissão de uso de que trata o art. 3º deste decreto.

Art. 7º O desrespeito ao disposto neste decreto implicará na revogação da permissão de uso nele prevista.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “PREFEITO RUBENS CRUZ”, 18 de dezembro de 2024.

EDINHO SILVA  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**DONIZETE SIMIONI**

Secretário Municipal de Governo

**DAMIANO BARBIERO NETO**

Vice-Prefeito e Secretário Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado na Secretaria Municipal de Justiça, Modernização e Relações Institucionais na data supra.

**MARIAMÁLIA DE VASCONCELLOS AUGUSTO**

Secretária Municipal de Justiça, Modernização e Relações Institucionais

Arquivado em livro próprio. Processo nº 108.403/2024 ("DLOM").

.Publicado no Jornal local "Folha da Cidade", de 21,12,24 Ano XLIII Nº 11609